



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Unidade Regional de Regularização Ambiental Sul de Minas - Coordenação de Análise Técnica

Parecer nº 189/FEAM/URA SM - CAT/2023

PROCESSO Nº 2090.01.0006343/2023-12

Parecer Único nº 189/FEAM/URA SM - CAT/2023			
Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 76212683			
INDEXADO AO PROCESSO Licenciamento Ambiental		PA COPAM 621/2023	SITUAÇÃO Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: LAC1 (LP+LI+LO)		VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos	
PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS Autorização para Intervenção Ambiental - AIA		PA COPAM 1370.01.0011851/2023-96	SITUAÇÃO Sugestão pelo deferimento
EMPREENDEDOR: Loteamento Cheung SPE Ltda.		CNPJ: 33.822.831/0001-06	
EMPREENDIMENTO: Loteamento Cheung		CNPJ: 33.822.831/0001-06	
MUNICÍPIO: Poços de Caldas		ZONA: Urbana	
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM): WGS 84		LAT/Y 21°48'34,42"S LONG/X 46°33'41,74"O	
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: () INTEGRAL () ZONA DE AMORTECIMENTO () USO SUSTENTÁVEL (X) NÃO			
BACIA FEDERAL: Rio Grande UPGRH: GD6 - Bacia Hidrográfica dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo		BACIA ESTADUAL: Rios Mogi-Guaçu e Pardo SUB-BACIA: Ribeirão de Caldas	
CÓDIGO	PARÂMETRO	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17)	CLASSE DO EMPREENDIMENTO 2 PORTE PEQUENO
E-04-01-4	Área total	Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: • Supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica "extrema", exceto árvores isoladas.			
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Apta Engenharia e Meio Ambiente Engenheiro Ambiental Karl Wagner Acerbi Engenheira Agrônoma Luana Auxiliadora de Resende Engenheiro Ambiental Luiz Francisco Fernandes Pereira Engenheiro Civil Luiz Fernando Rodrigues		REGISTRO: CNPJ 32.588.854/0001-27 CREA-MG 190686/D CREA-MG 216.571/D CREA-MG 214.111/D CREA-MG 64908/D	
AUTO DE FISCALIZAÇÃO: 239372/2023			DATA: 13/09/2023

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA
Claudinei da Silva Marques – Analista Ambiental	1.243.815-6
Cátia Villas Boas Paiva - Gestora Ambiental	1.364.293-9
De acordo: Eridano Valim dos Santos Maia - Coordenador de Análise Técnica	1.526.428-6
Anderson Ramiro de Siqueira – Coordenador de Controle Processual	1.051.539-3



Documento assinado eletronicamente por **Claudinei da Silva Marques, Servidor(a) Público(a)**, em 31/10/2023, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eridano Valim dos Santos Maia**, **Diretor**, em 31/10/2023, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Ramiro de Siqueira**, **Diretor (a)**, em 31/10/2023, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Catia Villas Boas Paiva**, **Servidor(a) Público(a)**, em 31/10/2023, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **76131963** e o código CRC **626120DF**.



Parecer nº 189/FEAM/URA SM - CAT/2023			
INDEXADO AO PROCESSO:		PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Licenciamento Ambiental		621/2023	Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: LP+LI+LO - LAC1			VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos
PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:		PROCESSO:	SITUAÇÃO:
Autorização para Intervenção Ambiental - AIA		1370.01.0011851/2023-96	Sugestão pelo deferimento
EMPREENDEDOR: Loteamento Cheung SPE Ltda		CNPJ:	33.822.831/0001-06
EMPREENDIMENTO: Loteamento Cheung		CNPJ:	33.822.831/0001-06
MUNICÍPIO: Poços de Caldas		ZONA:	Urbana
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): WGS 84 LAT/Y 21° 48' 34.42" S LONG/X 46° 33' 41,74" O			
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO			
BACIA FEDERAL: Rio Grande		BACIA ESTADUAL: Rios Mogi Guaçu e Pardo	
GD6 - Bacia Hidrográfica dos Rios Mogi		SUB-BACIA: Ribeirão de Caldas	
UPGRH: Guaçu e Pardo			
CÓDIGO	PARÂMETRO	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE / PORTE
E-04-01-4	Área total 30,976 ha	Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares	2 / P
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:			
<ul style="list-style-type: none">Supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica "extrema", exceto árvores isoladas			
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Apta Engenharia e Meio Ambiente Engenheiro Ambiental Karl Wagner Acerbi Engenheira Agrônoma Luana Auxiliadora de Resende Engenheiro Ambiental Luiz Francisco Fernandes Pereira Engenheiro Civil Luiz Fernando Rodrigues		32.588.854/0001-27 CREA MG 190686/D CREA-MG 216.571/D CREA-MG 214.111/D CREA-MG 64908/D	
AUTO DE FISCALIZAÇÃO: 239372/2023		DATA: 13/09/2023	
EQUIPE INTERDISCIPLINAR		MATRÍCULA	ASSINATURA
Claudinei da Silva Marques – Analista Ambiental		1.243.815-6	
De acordo: Eridano Valim dos Santos Maia - Coordenador de Análise Técnica		1.526.428-6	
Cátia Villas Boas Paiva – Gestora Ambiental		1.364.293-9	
Anderson Ramiro de Siqueira - Coordenador de Controle Processual		1.051.539-3	



1. Resumo

O empreendimento **Loteamento Cheung**, do empreendedor **Loteamento Cheung SPE Ltda.**, CNPJ 04.122.872/0001-83, se destina à implantação de um loteamento de uso residencial na zona urbana do município de Poços de Caldas.

Em 21/03/2023 foi formalizado na Supram Sul de Minas o processo administrativo de licenciamento ambiental PA nº 621/2023 na modalidade de Licenciamento Ambiental Concomitante – LAC 1 (LP+LI+LO).

Em 13/09/2023 foi realizada vistoria técnica para subsidiar a análise do processo. Foi observado que não houve alterações no local pretendido para a instalação do loteamento.

Com **30,976 ha**, o empreendimento possui **porte pequeno** e potencial poluidor **médio**, sendo **classe 2**. Há incidência de critério locacional de **peso 2** devido à supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica “extrema”.

Em 15/09/2023 foram solicitadas informações complementares, as quais foram apresentadas em 04/10/2023.

O requerimento para intervenção ambiental, formalizado via processo SEI nº **1370.01.0011851/2023-96**, solicita 3 (três) intervenções, a saber:

- autorização para supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em uma área de 3,78 ha;
- Intervenção em área de preservação permanente sem supressão de cobertura vegetal nativa em uma área de 0,38 ha e;
- Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas de 50 indivíduos em uma área de 0,85 ha.

Foram apresentadas as Matrículas da Gleba A, inscrita no Cartório de Registro de Imóveis nº 61.550 e da Gleba B, com Matrícula nº 61.551, município de Poços de Caldas.

Durante a implantação a água será proveniente de caminhões-pipa terceirizados e por galões de água potável para consumo humano. Já na operação o abastecimento se dará pela DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE.

Na fase de implantação o canteiro de obras contará com banheiros químicos. Já os efluentes sanitários dos futuros moradores serão coletados e encaminhados para a Estação de Tratamento de Esgoto do DMAE.

Os resíduos sólidos gerados durante a implantação serão segregados e destinados ao sistema de coleta municipal. O serviço público municipal ficará responsável por coletar os resíduos sólidos urbanos dos futuros moradores. Durante as obras de terraplanagem haverá aspersão de água sempre que necessário para mitigar a emissão de material particulado. Para evitar carreamento de sedimentos pelas águas pluviais será implantado sistema de drenagem superficial composto por bacias de contenção e dissipadores e será realizada a



estabilização dos taludes. Os demais impactos serão devidamente mitigados nos termos das exigências normativas.

Diante do exposto, a Supram Sul de Minas sugere o deferimento do pedido de LP+LI+LO – LAC1 do empreendimento **Loteamento Cheung**, pelo período de **10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

2. Introdução

2.1 Contexto histórico

O empreendedor **Loteamento Cheung** busca regularização para implantação de loteamento, com finalidade prioritariamente residencial em área urbana do município de Poços de Caldas.

A área é composta por 2 (duas) glebas vizinhas - Gleba A e Gleba B – ambas de mesmo tamanho com 15,488 ha cada, totalizando 30,9760 ha, no local denominado Serrote. O local possui histórico de utilização da área para pastagem de animais e para a prática de esportes (trilhas de moto), apresentando baixa quantidade e variedade de vegetação nativa em seu perímetro, exceção feita a Área de Preservação Permanente e pequenos fragmentos de vegetação arbórea e campos de altitude.

A ocupação das glebas está em conformidade com a legislação municipal – Lei Municipal nº 5.488, de 4 de janeiro de 1994, Lei de Uso e Ocupação no Solo (Lei Complementar nº 92/2007) e Plano Diretor (Lei Complementar nº 225/2022), classificada segundo o plano diretor como Zona de Adensamento Restrito, em que os parâmetros urbanísticos são mais restritivos, no entanto, não impedem a utilização da área.

O Plano Diretor foi instituído pela Lei Complementar nº 74/2006, tendo sua última atualização em janeiro de 2022, por meio da Lei Complementar nº 225.

Já a Lei Complementar nº 92 de 2007 que “dispõe sobre o uso e ocupação do Município de Poços de Caldas e dá outras providências”, basicamente trata do uso e ocupação do solo em zona urbana foi atendida na escolha da área e no projeto, conforme Certidão Municipal de Regularidade, com data de 06 de setembro de 2022.

A área se constitui como um vazio urbano localizado entre uma avenida movimentada (Avenida Vereador Edmundo Cardillo) e bairros em desenvolvimento (como o bairro Bandeirantes), próxima a equipamentos urbanos já existentes. O local atende requisitos para receber um parcelamento de solo residencial.

Foi apresentado Ofício DMAE nº 048/2019 – SPE-4 de 31 de outubro de 2019 informando que a área do loteamento composta pelas Glebas A e B, situadas no

lugar denominado Serrote, com área total de 309.760,00 m² é abastecível e esgotável.

A elaboração dos estudos ambientais (RCA/PCA, critério locacional) ficou a cargo da engenheiro ambiental Karl Wagner Acerbi, CREA/MG 190686/D.

Foi apresentada ainda a declaração de conformidade emitida pelo Município em 06/09/2022.

A vistoria ao empreendimento foi realizada no dia 13/09/2023, conforme Auto de Fiscalização nº 239372/2023.

2.2 Caracterização do empreendimento

O empreendimento possui área total de **30,9760 ha** e está situado no local denominado Gleba A e gleba B - Serrote, perímetro urbano de Poços de Caldas. Está localizado no perímetro urbano de Poços de Caldas, fazendo divisa com uma via bastante movimentada (Avenida Vereador Edmundo Cardillo), conforme mostra a figura a seguir.

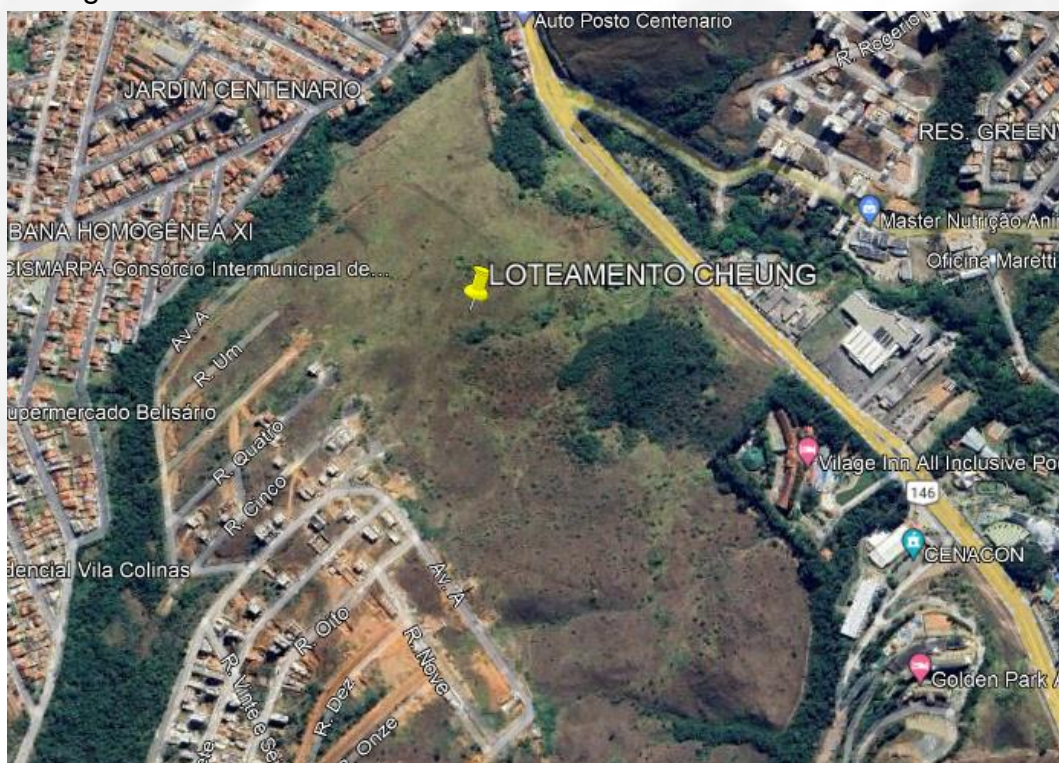


Figura 1 – Localização do empreendimento

O acesso principal se dará pela Avenida Vereador Edmundo Cardillo, via importante e duplicada da área urbana de Poços de Caldas que liga o centro da cidade a avenidas da região sul do município com tráfego intenso de veículos.

A área total das 2 glebas é de 309.760 m² ou 30,9760 ha. A área edificável é de 120.554,77 m² ou 12 ha, que corresponde aos 100% do total a lotear, sendo que



desse total 50.319,58 m² ou 5 ha são de áreas públicas (41,74%), restando 70.235,19 m² ou 7 ha (58,26%), à ser utilizada para implantação dos lotes.

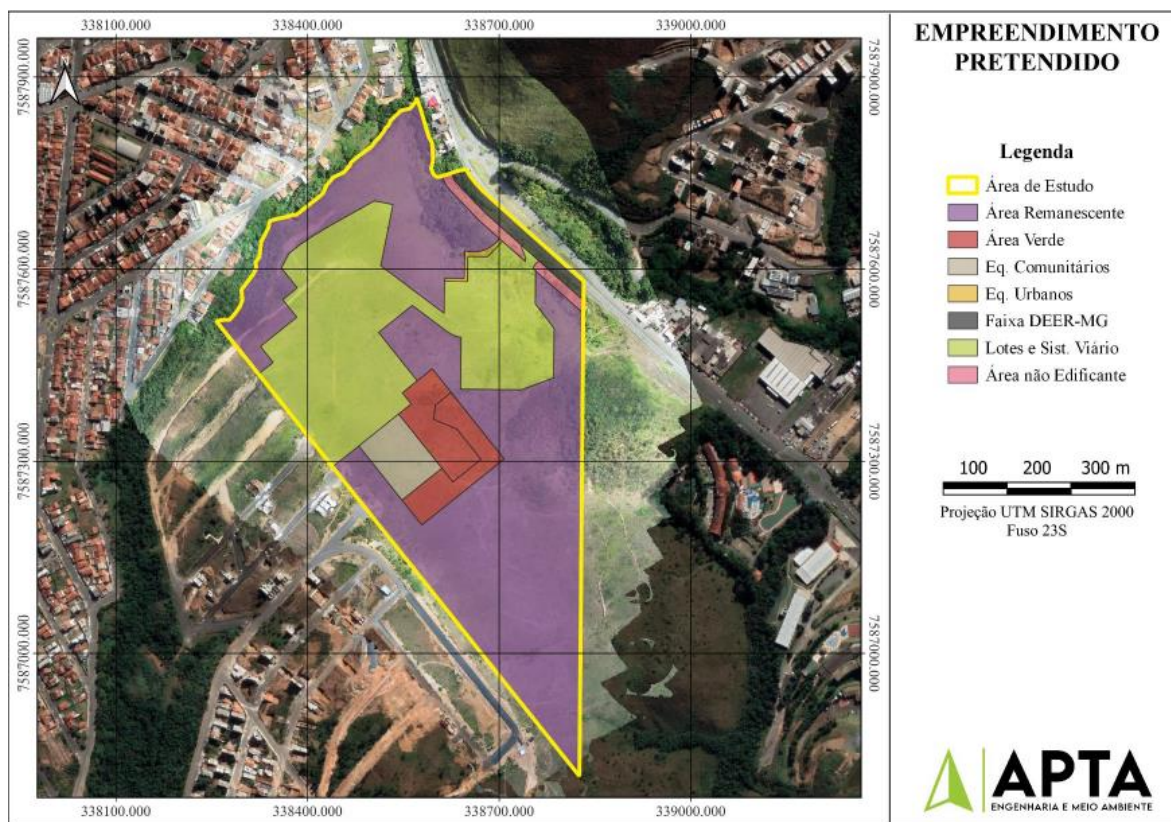


Figura 2 – Distribuição das áreas do loteamento

O projeto prevê a criação de 71 lotes distribuídos em 9 quadras com área útil de 70.235,19 m² ou 7,0235 ha, ocupando 22,60% das 2 glebas, já que a área total do loteamento é de 30,9760 ha. O restante do projeto compreende o sistema viário, espaços livres de uso público (áreas verdes e praças), servidão sanitária para escoamento de esgoto e águas pluviais, áreas institucionais (constituídas de equipamentos urbanos e comunitários), APPs, área reservada ao empreendedor, área não edificável e área remanescente.

A tabela a seguir apresenta o quadro de áreas completo do empreendimento.

Tabela 1 - Quadro de áreas do loteamento



ÁREA TOTAL DA GLEBA	309.760,00 m²	
ÁREA REMANESCENTE	178.882,49 m²	
ÁREA REMANESCENTE 1	124.752,53 m²	
ÁREA REMANESCENTE 2	54.129,96 m²	
ÁREA NÃO EDIFICANTE	4.111,44 m²	
ÁREA NÃO EDIFICANTE 1	1.497,54 m²	
ÁREA NÃO EDIFICANTE 2	2.613,90 m²	
FAIXA DE DOMÍNIO	6.211,30 m²	
TOTAL A LOTEAR	120.544,77 m²	100%
ÁREAS VERDES	18.804,8 m²	15,60%
ÁREAS VERDES 1	9.245,23 m²	
ÁREAS VERDES 2	9.559,25 m²	
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS	8.686,39 m²	7,21%
EQUIPAMENTOS URBANOS	846,61 m²	0,72%
SISTEMA VIÁRIO	21.986,11 m²	18,22%
TOTAL DE ÁREAS PÚBLICAS	50.319,58 m²	41,74%
71 LOTES	40.235,19 m²	58,26%

Foi apresentado junto aos autos, os projetos de drenagem de águas pluviais, de esgotamento sanitário e de abastecimento de água. A rede de drenagem pluvial do loteamento contará com tubos de concreto pré-moldado, bocas de lobo simples e dupla, poços de visita, caixas de passagem, meio-fio e sarjeta extrusados, sendo a pavimentação em bloquetes. Foi apresentado projeto envolvendo a macrodrenagem e a microdrenagem do loteamento, elaborado por profissional habilitado e aprovado pela Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas (SMPOP).

O projeto de drenagem pluvial apresentado, além de constar a rede de coleta e transporte das águas pluviais por meio de boca de lobo e galerias, consta no projeto a instalação de um lago (bacia de contenção) que servirá como bacia de retenção nos casos de vazão de pico, reduzindo as possibilidades de impactos significativos provocados pela impermeabilização do solo com a implantação do loteamento.

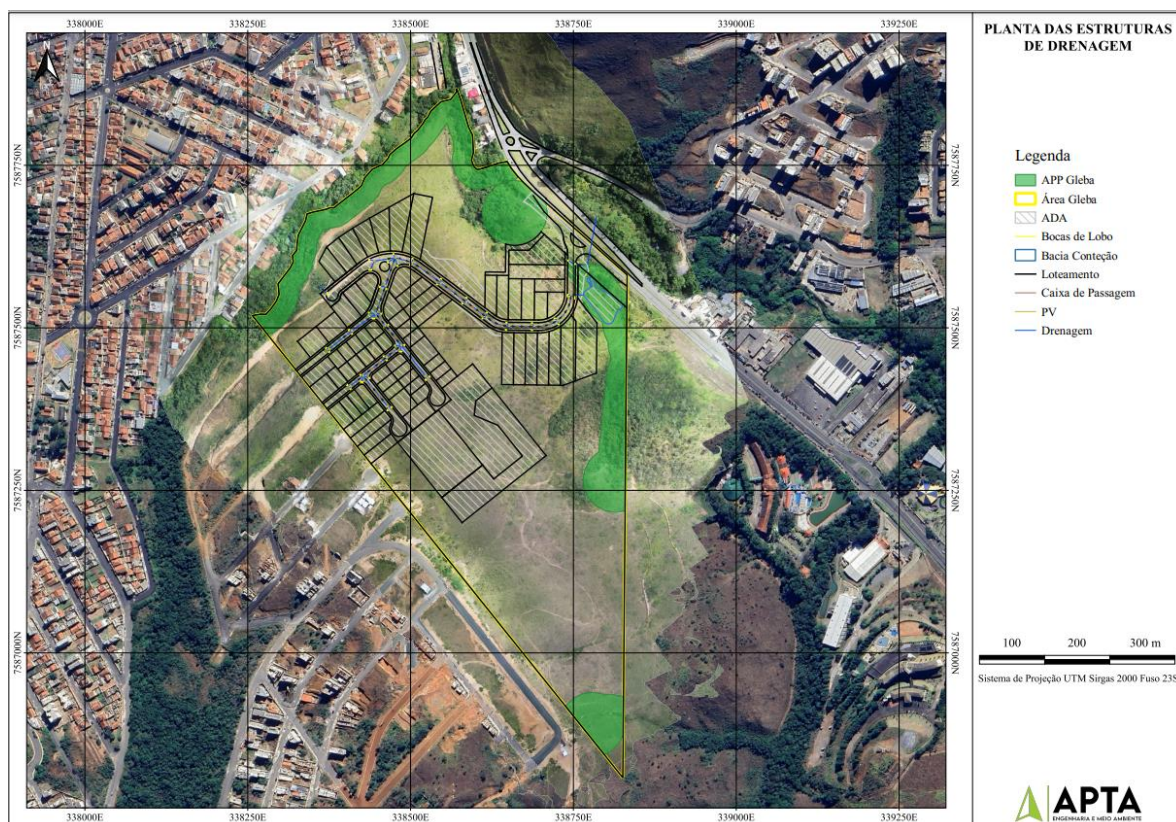


Figura 3 – Estruturas de drenagem e bacia de contenção

Foi apresentado projeto executivo informando o dimensionamento (memorial de cálculo) juntamente com o tempo de recorrência de 50 anos para a construção da bacia de contenção. Inclusive a apresentação dos estudos foi objeto de informação complementar pela Supram Sul de Minas.

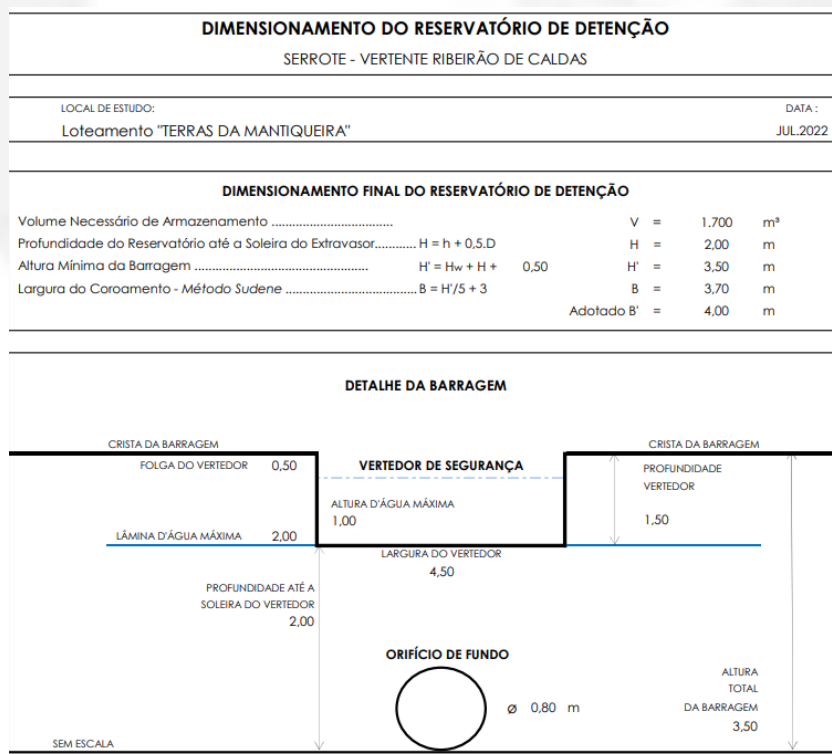




Figura 4 – Dimensionamento do reservatório

Foi informado nos estudos que a avaliação dos impactos da impermeabilização do solo em vazões de pico é uma diretriz da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas durante a elaboração dos estudos pelo empreendedor e nas análises para aprovação. As medidas propostas no projeto de drenagem foram consideradas satisfatórias pelo município.

Todas as obras necessárias para o abastecimento e esgotamento sanitário serão as expensas do proprietário, ressaltando que o DMAE informou que a área é abastecível e esgotável, estando apta a ingressar no sistema de tratamento municipal. O abastecimento de energia se dará junto ao DME – Departamento Municipal de Energia. A coleta de resíduos sólidos urbanos gerados nos lotes ficará a cargo da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP). Já o recebimento no córrego da água pluvial coletada pelo sistema de drenagem do empreendimento ocorrerá junto à Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas (SMPOP). O empreendimento recebeu retorno positivo dos órgãos responsáveis, o que possibilitou que os projetos técnicos tivessem continuidade.

3. Diagnóstico Ambiental

A área destinada ao empreendimento é composta por 2 glebas (A e B), totalizando 30,9760 ha. O loteamento pretende se instalar em uma área com alto grau de urbanização dentro do perímetro urbano do município de Poços de Caldas. O histórico de utilização da área conta com pastagem de animais e prática de esportes (trilhas de moto), apresentando pequena quantidade de vegetação nativa na área que o empreendimento pretende instalar, com presença de áreas de preservação permanente e árvores nativas isoladas esparsas.

Foi observada a presença de espécies típicas de campo de altitude na parte mais alta do loteamento.

Por ter localização prevista em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na categoria extrema com supressão de vegetação, há incidência de critério locacional de peso 2.

3.1 Unidades de conservação

O empreendimento se encontra fora dos limites de Unidades de Conservação e de áreas prioritárias de conservação e de usos restritivos, estando a 4 km da RPPN Retiro Branco, UC de uso sustentável mais próxima.

3.2 Recursos Hídricos

O empreendimento está situado na sub-bacia dos rios Mogi-Guaçu e Pardo (GD6), tendo em seus limites a bacia do Ribeirão de Caldas, na porção mais baixa do



terreno, para onde corre as águas das 3 nascentes e 2 córregos encontrados nas 2 glebas do loteamento (nas divisas do imóvel), conforme imagem que segue.

Os córregos possuem largura inferior a 10 metros, sendo que uma das nascentes não gera curso d'água, pois toda água que nasce no local é infiltrada no solo. Deve ser ressaltado que em alguns locais na parte mais baixa do terreno junto a Avenida Vereador Edmundo Cardillo, os cursos d'água passam por bueiros devido ao sistema de drenagem da avenida que dará acesso ao loteamento. Esses 2 córregos estão na divisa do imóvel e não sofrerão intervenção para a implantação do loteamento.

O Ribeirão de Caldas perto do seu exutório recebe a drenagem da bacia do Ribeirão Vai e Volta e, junto a bacia do Ribeirão da Serra deságua na bacia do Ribeirão de Poços. Pode-se observar que a bacia encontra-se próxima a região central do município, tendo seu exutório próximo ao teatro da Urca, no centro. Não haverá a necessidade de captação de água superficial ou subterrânea para abastecimento dos lotes.



Figura 5 - Cursos d'água e nascentes adjacentes ao empreendimento no interior da gleba

Consta nos estudos que o empreendimento construirá um barramento em um afluente do Ribeirão de Caldas que formará um lago e funcionará como uma bacia de contenção para os sedimentos, mitigando os impactos provenientes da



impermeabilização do loteamento. Foi apresentada Certidão de Uso Insignificante nº 369741/2022 para barramento em curso d'água, sem captação para um volume máximo acumulado de 1.700m³ de volume máximo acumulado, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 21° 48'30,89" S e longitude 46°33'34,76"W, para fins de contenção de sedimentos e controle de cheias.



Figura 6 – Certidão do barramento para o controle de cheias

Para a conclusão da implantação será necessário o uso de água para execução das obras de pavimentação e aspersões, sendo a água fornecida por caminhões-pipa terceirizados; para consumo humano serão utilizados galões de água potável.

Já na fase de operação, quando da chegada dos moradores, o loteamento será abastecido pela rede do DMAE.

3.3 Fauna

A fauna do local encontra-se bastante reduzida, com a maior parte da área constituída de pastagem, tendo no entorno presença de fragmentos de vegetação nativa que podem possibilitar o fluxo de espécies, principalmente de aves e roedores, como ratos e capivaras.

Trata-se de uma área densamente urbanizada, está localizada entre vários bairros já estabelecidos. Possui características de uso antrópico com paisagem marcada pela presença de capim Braquiária e com presença de espécies típicas de campo de altitude limitando-se a indivíduos isolados no meio às espécies exóticas.



A Resolução Conjunta SEMAD/IEF 3.102/2021, que define a documentação e os estudos técnicos necessários à instrução dos processos de requerimento de autorização para intervenções ambientais, traz em seu artigo 19 o seguinte:

Art. 19 – Os processos de autorização para intervenção ambiental que tenham como objetivo a conversão do solo para uso alternativo, mediante supressão de vegetação nativa, deverão ser instruídos com levantamento de FAUNA silvestre terrestre, observado o disposto no **Anexo III** desta resolução conjunta e as diretrizes previstas nos termos de referência correspondentes.

O Anexo III da supracitada resolução estabelece como critério para apresentação de estudos de fauna silvestre, em casos de supressão até 50 ha, a apresentação de Relatório de Fauna.

As espécies mais avistadas na região em conjunto com as características da gleba são: *Sicalis flaveola* L. (canário da terra), *Columbina talpacoti* (rolinha-roxa), *Patagioenas cayennensis* (pomba do ar), *Passer sp.* (pardal), *Pitangus sp.* (bem-te-vi), *Tangara sp.* (sanhaço), *Aratinga leucophthalmus* (maritaca), *Eupetomena macroura* (beija-flor), *Saltator maximus* (trinca-ferro), *Colaptes campestris* (pica-pau do campo), *Hydrochoerus hydrochaeris* (capivara) e outros pequenos animais.

Foi formalizada via SEI a solicitação para autorização para intervenção ambiental em uma área total de 5,01 ha, contemplando: supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo em uma área de 3,78 ha, intervenção em área de preservação permanente – APP – sem supressão de cobertura vegetal nativa em uma área de 0,38 ha e corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas em um total de 50 indivíduos, distribuídos em uma área de 0,85 ha de áreas antropizadas.

Vale destacar que o empreendimento em tela não prevê a supressão de fragmentos florestais, responsáveis maiores pela subsistência da fauna.

Foi observado em vistoria que por estar localizado em área já urbanizada, alguns fatores contribuem para que apenas as espécies mais adaptáveis e com menor exigência de qualidade ambiental tenham sucesso de adaptação, ainda que possam transitar pelo ambiente.

Entende-se que a implantação do empreendimento tende a não impactar significativamente a fauna local.

Não obstante, acredita-se também que o programa de recuperação e recomposição das APPs no empreendimento contribuirá para conectividade das áreas de floresta e maior mobilidade à fauna, ofertando maiores áreas de sobrevivência e aumento do fluxo gênico.



3.4 Flora

A área do loteamento encontra-se inserida no Bioma Mata Atlântica. A vegetação da área apresenta três tipos de paisagens, sendo representada por fragmentos florestais, área antropizada e remanescentes de campo de altitude.

Os fragmentos florestais são compostos por vegetação pertencente ao bioma Mata Atlântica e apresenta formação vegetal denominada Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração. Os fragmentos florestais em sua grande parte estão inseridos em área de preservação permanente (APP's).

Segundo a IDE-Sisema, a prioridade para conservação da biodiversidade é considerada extrema.

Para a fitofisionomia em estágio médio de regeneração foi observada a presença de pelo menos dois estratos (dossel e sub-bosque), predominância de espécies arbóreas formando um dossel definido entre 5 e 12 metros, com distribuição diamétrica de moderada amplitude, com DAP médio entre 10 e 20 centímetros e presença de serapilheira e cipós nos fragmentos.

As áreas antropizadas foram caracterizadas devido ao histórico de uso antrópico e sua localização em região urbana. A cobertura do solo é predominantemente de vegetação rasteira de espécies exóticas invasoras como o capim braquiária, marcado pela presença de animais (equinos) e com sinais de compactação. Na porção mais alta observa-se a presença de vegetação caracterizada como campo de altitude, que se encontra bastante reduzida.

Para a realização do Inventário Florestal foram realizadas visitas em campo nos anos de 2020 a 2022, especialmente em relação a presença de espécies de características típicas de campo de altitude, que apresenta um total de 12,16 ha, sendo que a área de intervenção será de 3,78 ha.

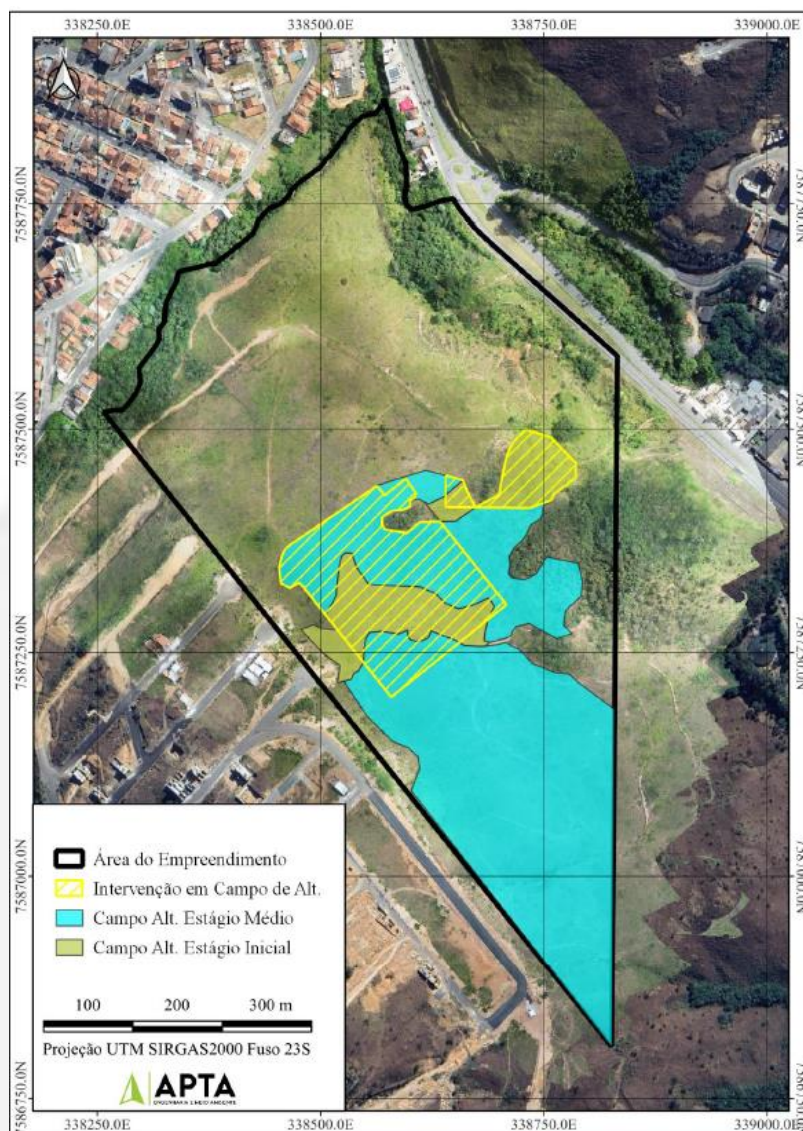


Figura 7 – Delimitação da fitofisionomia de Campo de Altitude e caracterização dos estágios de regeneração

Na área de campo de altitude verificou-se a presença de porções de áreas antropizadas, sem as características de campos de altitude, e em estágios inicial e médio de regeneração. Foi considerada a classificação da vegetação como secundária em estágio médio de regeneração em uma área de 2,22 ha. Não foi identificada espécies raras ou endêmicas na área, foi observada a presença de 10 (dez) espécies indicadoras, presença de espécies ruderais e exóticas e presença do capim braquiária em 14 parcelas das 34 avaliadas.

Para as árvores isoladas existentes na área foi realizado nos dias 17 e 20 de outubro o Inventário Florestal 100% (Censo Florestal) para o levantamento das espécies, conforme quadro a seguir:

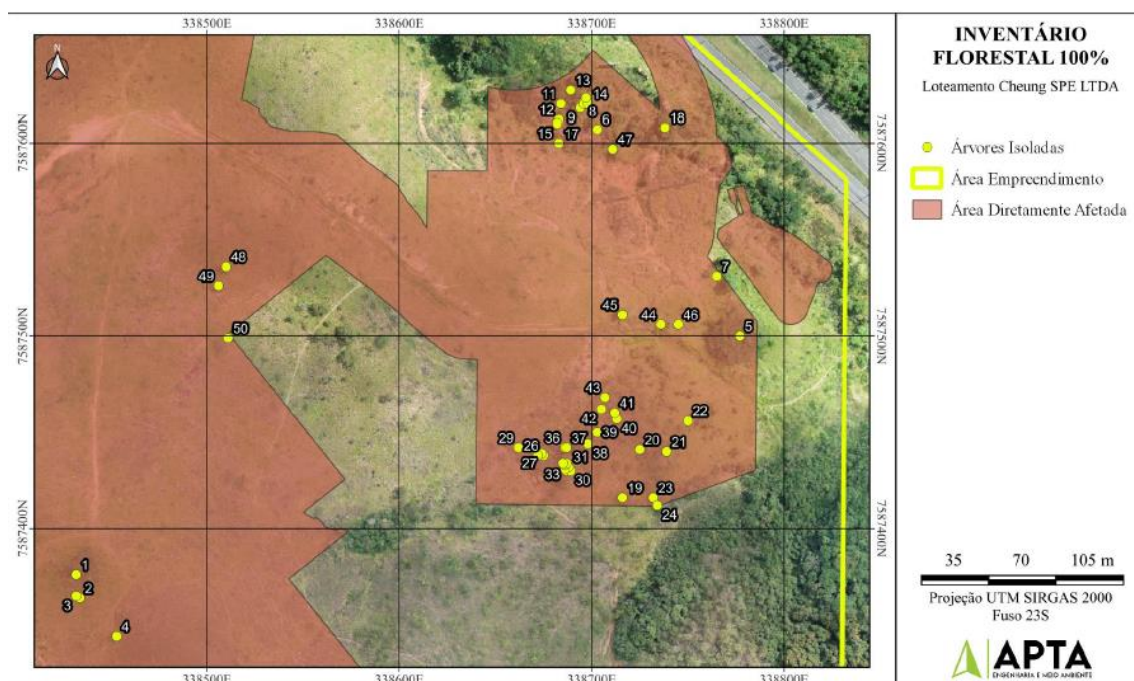


Figura 8 – Inventário Florestal 100% para as árvores isoladas

As árvores listadas inventariadas estão distribuídas em 8 espécies e 8 famílias botânicas, em uma área de 0,85 ha.

Nome Científico	Nome vulgar	Família	Espécie ameaçada de extinção, imune de corte ou especialmente protegida?		Grau de vulnerabilidade (citar fonte)*	Número de indivíduos	Volume (m³) Madeira	Volume (m³) Lenha
			Sim	Não				
<i>Cedrella fissilis</i> Vell.	Cedro	Meliaceae	X		VU	2	0,077	0,031
<i>Enterolobium contortisiliquum</i> (Vell.) Morong	Timburi	Fabaceae		X	NE	1	10,300	4,120
<i>Erythroxylum suberosum</i> A.St.-Hil.	Mercúrio-do-campo	Erythroxylaceae		X	LC	1	0,009	0,004
<i>Ficus enormis</i> Mart. ex Miq.	Figueira-da-pedra	Moraceae		X	NE	4	0,937	0,386
<i>Lithraea molleoides</i> (Vell.) Engl.	Aroeira	Anacardiaceae		X	NE	21	1,017	0,393
<i>Moquiniastrum polymorphum</i> (Less.) G. Sancho	Cambará	Asteraceae		X	NE	3	0,889	0,356
<i>Plenckia populnea</i> Reissek	Marmeleiro	Celastraceae		X	NE	16	1,300	0,520
<i>Psidium guineense</i> Sw.	Araçá	Myrtaceae		X	NE	1	0,041	0,017
TOTAL						50	14,56	5,83

Figura 9 – Levantamento das árvores isoladas encontradas na área

Foram registrados 2 (dois) indivíduos da espécie *Cedrella fissilis* Vell., que se encontra na lista da flora brasileira ameaçada de extinção, de acordo com a Portaria 148/2022.

3.5 Cavidades naturais

De acordo com a IDE-Sisema, a potencialidade de ocorrência de cavidades na área do empreendimento tem grau baixo.

Conforme Instrução de Serviço 08/2017, quando se tratar de empreendimento localizado em áreas urbanizadas, cujo entorno com raio de 250 m (duzentos e cinquenta metros) esteja inserido em área com ocupação antrópica estabelecida, estes estão dispensados de apresentação de prospecção espeleológica.



Segundo dados do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas – Canie e da ferramenta IDE Sisema, as grutas Rio do Peixe I e Toca do Morcego são as cavidades mais próximas, situada a 36 km de distância do empreendimento, no município de Campestre.

3.6 Patrimônio Cultural e Arqueológico

O município de Poços de Caldas conta 2 tombamentos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

- tombamento do Complexo hidrotermal e hoteleiro de Poços de Caldas;
- tombamento na Serra de São Domingos, sendo um patrimônio natural constituído pela área delimitada em planta que inclui o Cristo Redentor, a Fonte dos Amores, o teleférico e o antigo reservatório de abastecimento público.

3.7 Socioeconomia

O município de Poços de Caldas é o município com o maior número de habitantes da região sul de minas, com uma população estimada em 163.742 habitantes, de acordo com censo de 2022 do IBGE.

A ADA está localizada em área urbanizada, próxima a uma avenida duplicada de tráfego intenso denominada Vereador Edmundo Cardillo e por vários bairros no seu entorno, alguns em desenvolvimento. A avenida onde se dará o acesso principal ao loteamento já possui diversos empreendimentos, com destaque para hotéis, lojas e hospitais.



Figura 10 – Área diretamente afetada do empreendimento

De acordo com os estudos a região central de Poços de Caldas se encontra saturada por prédios, pontos comerciais e casas, apresentando problemas em termos de tráfego, de circulação de pessoas e no atendimento de serviços de saneamento ambiental.

Já a região sul do município possui histórico de alagamentos e, devido ao distanciamento da parte central, exerce pressão sobre o transporte público e prestação de serviços básicos, o que, estrategicamente, fez com que o poder público restringisse o crescimento da cidade para esta região.

O crescimento da cidade ficou bem restrito em virtude da Serra de São Domingos e reservatórios de água que servem para o abastecimento público e/ou geração de energia nos extremos da cidade, sendo fundamental a ocupação das áreas dentro do perímetro urbano que hoje se encontram desocupadas, como é o caso do loteamento pretendido.



A figura a seguir mostra que o loteamento está localizado em área totalmente antropizada, com vários núcleos urbanos no seu entorno.

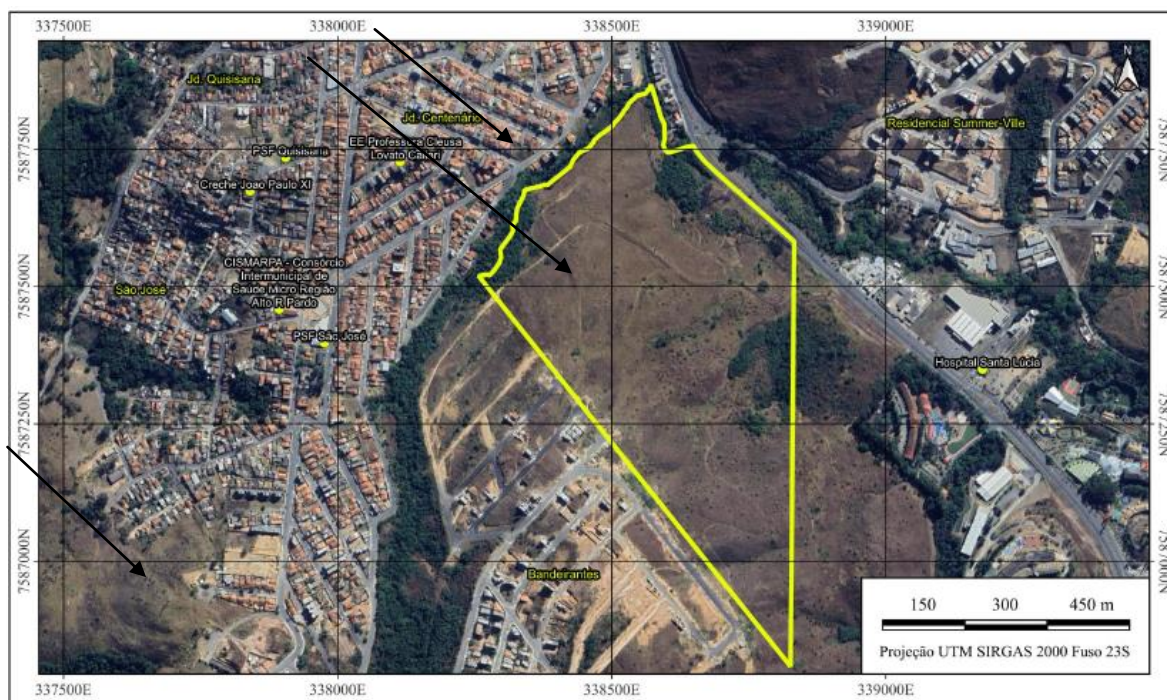


Figura 11 – Núcleos urbanos próximos a área pretendida para o loteamento.

3.8 Reserva Legal e Área de Preservação Permanente - APP

Trata-se de imóvel localizado no perímetro urbano, já registrado como imóvel urbano conforme Boletim de Cadastro Imobiliário municipal.

Em verificação a matrícula de registro de imóveis, não há reserva legal averbada, bem como não há qualquer inscrição das propriedades junto a SICAR, não havendo, assim, reserva legal averbada ou aprovada pelo órgão ambiental competente.

Diante disso, o empreendimento está dispensado da exigência de reserva legal.

Há que se registrar que o conceito de Reserva Legal está diretamente relacionado ao de perímetro rural, já que, originalmente, somente as propriedades rurais possuem essa exigência.

Áreas de Preservação Permanente

O empreendimento conta com APP em seus limites na porção norte, leste e sul. A área do loteamento é cercada por cursos d'água, com exceção da porção oeste que faz divisa com o bairro Jardim Bandeirante.

A intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em uma área 0,38 ha tem como objetivo a implantação do sistema viário, da instalação de uma bacia (lago) de contenção de cheias e para a passagem da tubulação de água.



A intervenção em APP ocorrerá junto a APP do Ribeirão de Caldas que corre em paralelo com a Avenida Vereador Edmundo Cardillo.

A APP encontra-se preservada, coberta com vegetação nativa. As áreas de preservação permanente serão inseridas na concepção de ocupação urbana e serão preservadas e enriquecidas a fim de melhorar suas funções ecológicas. No mapa apresentado na figura a seguir, as áreas de preservação permanente estão identificadas nas cores azuis e vermelha.

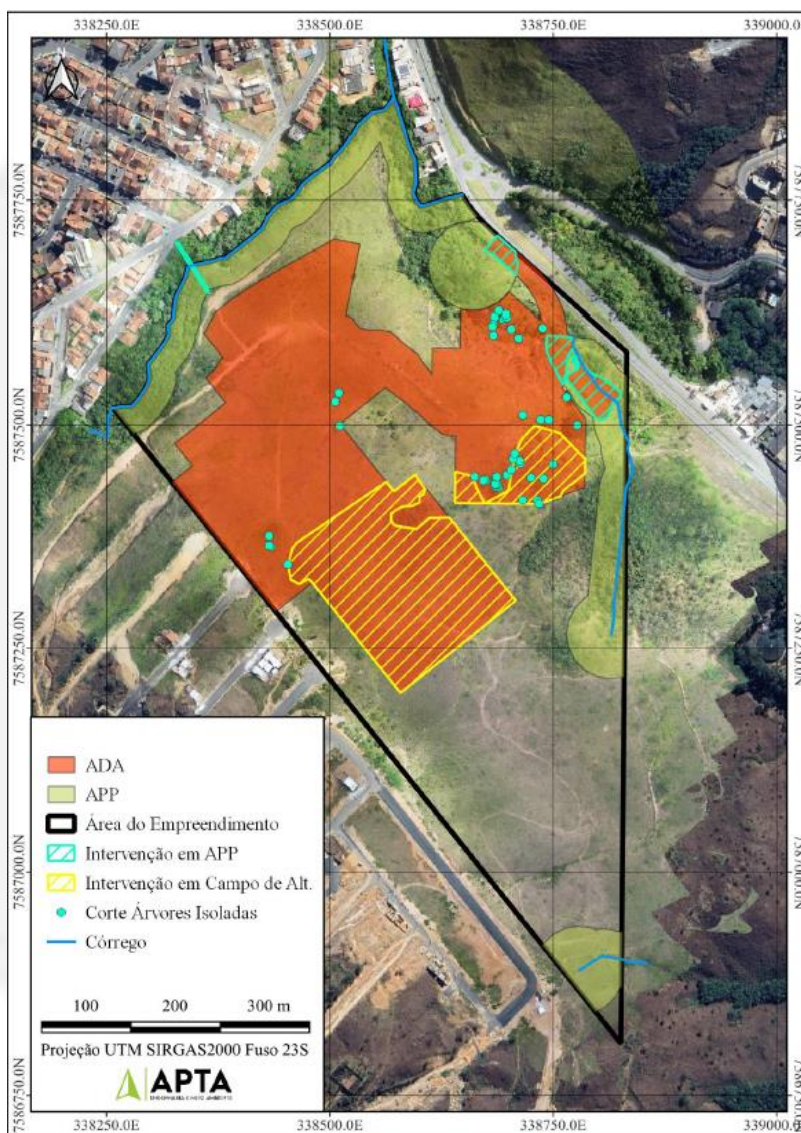


Figura 12 – Intervenções ambientais com destaque para a intervenção em APP no alto da imagem

3.9 Intervenção Ambiental

Em 16/03/2023 foi formalizada mediante processo SEI nº 1370.01.0011851/2023-96 a solicitação para autorização para intervenção ambiental em uma área total de **5,01 ha** contemplando os seguintes tipos:



- Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo: **3,78 ha**;
- Intervenção em área de preservação permanente – APP – SEM supressão de cobertura vegetal nativa: **0,38 ha**;
- Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas: **50 indivíduos** distribuídos em **0,85 ha** de áreas antropizadas.

O empreendimento possui 30,976 há de área total, equivalendo a soma das propriedades em que se insere. Não foi apresentado o uso do solo das propriedades, porém foi levantada uma área de 12,16 ha formada por campo de altitude, que compõe a fitofisionomia em que haverá supressão de vegetação nativa, delimitação da APP e quadro de áreas do empreendimento (Tabela 1).

O empreendimento está localizado na zona urbana do município de Poços de Caldas, conforme levantamento topográfico, constam duas glebas contínuas – A e B. A gleba A está matriculada sob registro nº 61.550, possui área total de 15,4849 ha e 1,509 ha de APP. A gleba B está registrada na matrícula nº 61.551, possui área total de 15,1246 ha e APP delimitada em 1,7544 ha.

As intervenções em APP sem supressão de vegetação nativa objetivam a implantação do sistema viário, de uma bacia de contenção de cheias e para passagem da tubulação de água. Já a supressão de cobertura vegetal nativa fora da APP e o corte dos indivíduos arbóreos isolados estão relacionados à implantação do empreendimento uma vez que estão na área onde serão alocados os lotes urbanos e os demais dispositivos necessários para viabilizá-lo técnica e economicamente.

Ressalta-se que as intervenções em APP somente poderão ser autorizadas em caso de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto, conforme artigo 12 da Lei 20.922/2013. E na mesma lei, o artigo 3 define esses casos. Por isso, a passagem de tubulação de água para abastecimento do loteamento se trata de saneamento; a pista de desaceleração para acesso à avenida do loteamento e, aterro e parte da avenida A que dará acesso ao loteamento são sistemas viários. Portanto, saneamento e sistemas viários foram considerados como de utilidade pública, pois as obras farão parte do município. Já a bacia de contenção para amortização do impacto da drenagem pluvial do loteamento é considerada atividade de baixo impacto ambiental.

O Projeto de Intervenção Ambiental – PIA, foi elaborado sob responsabilidade da engenheira florestal Luana Auxiliadora de Resende sob anotação de responsabilidade técnica – ART nº MG0000216571D MG.

Alternativas técnicas e locacionais

A ADA está localizada no bioma Mata Atlântica, com supressão de vegetação nativa em área prioritária para conservação da biodiversidade de categoria extrema para



investigação científica e será necessária intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa.

Em relação ao critério locacional foi apresentado estudo conforme Termo de Referência específico para áreas prioritárias para conservação, sendo ressaltado que a cidade de Poços de Caldas se encontra inserida na categoria extrema na prioridade para conservação da biodiversidade; a intervenção se dará dentro do perímetro urbano, já com histórico de exploração como pastagem e trilhas de motos na prática esportiva; a ADA possui como limítrofes uma avenida movimentada e bairros em desenvolvimento, potencializando o impacto negativo sobre a fauna e flora locais (baixa quantidade e variedade de representantes). O estudo apresentou que não causará desconexão de fragmentos de UC, zona de amortecimento, corredores ecológicos, RB, mosaico de áreas protegidas ou Sítio Ramsar. A área afetada possui registrada na literatura a presença do falconiforme endêmico (*Falco deiroleucus*), mas que não foi levantado no estudo de fauna local. A espécie *Cedrella fissilis* foi levantada no estudo da flora da ADA e possui grau de ameaça de extinção, por isso foi elaborado laudo atestando que a supressão da espécie não causará extinção da mesma. Os possíveis impactos negativos e medidas mitigadoras, de controle e compensatórias, serão abordados nos tópicos seguintes deste parecer.

Quanto a inexistência de alternativa técnica e locacional para a intervenção em APP, em atendimento ao artigo 6º do Decreto nº 47.749/2019, foi apresentado Estudo de Inexistência de Alternativa Técnica Locacional conforme Termo de Referência disponibilizado pelo Sisema, justificando, para cada intervenção, conforme abaixo:

Intervenção 1 de 194,24 m²: Foi relatado que, para a tubulação de água deverá ser observado a ligação ao sistema da concessionária local (DMAE), já existente, que passa na rua Francisco Tramonte e, que qualquer deslocamento na posição da tubulação implicaria em maior impacto ambiental devido a supressão de vegetação nativa, conforme abaixo:





Figura 13 - Divisa da gleba com a R. Francisco Tramonte.

Intervenção 2 de 710,78 m²: Já a pista de desaceleração para acesso à avenida do loteamento, que é contígua a BR-146, sob jurisdição do Departamento de Estrada e Rodagem (DER-MG), foi projetada conforme Recomendação Técnica 01.46d, onde de maneira conjunta harmonizou meio ambiente com a viabilidade técnica e segurança, considerando a menor intervenção em APP e priorizando a não necessidade de supressão de vegetação nativa.

Intervenção 3 de 987,54 m²: Na via de acesso (avenida A), tem sua justificativa técnica atrelada, principalmente a topografia e declividade do terreno, motivo pelo qual também será necessária uma pequena intervenção para o talude do aterro resultante da terraplanagem necessária para construção da via. Com isso, as intervenções estão atreladas e, foi relatado que o projeto obedeceu a determinação dos órgãos municipais competentes, seguindo rigor técnico, gerando menor impacto possível ao meio ambiente e menor intervenção em APP e sem supressão de vegetação nativa.

Intervenção 4 de 1.948,80 m²: Para a bacia de contenção, a mesma deverá ser instalada na área mais baixa do empreendimento, que se encontra na testada da gleba, sendo praticamente toda ocupada por APP, assim inevitavelmente a implantação da bacia de contenção irá promover intervenção. Para reduzir os impactos ambientais, buscou-se um local onde não seria necessária a supressão de vegetação nativa, uma vez que este local é praticamente todo ocupado por vegetação gramínea exótica invasora.

Abaixo ilustra as glebas de intervenção:



Figura 14 - Mapa da APP e intervenções.



Assim tem-se por satisfeito o requisito técnico, dada as justificativas apresentadas pelo empreendedor nos pontos de intervenção em área de preservação permanente.

Foi realizado caracterização da vegetação no ano de 2020, através do método da Avaliação Ecológica Rápida (AER), que consiste em caminhadas ao longo da área de interesse verificando as características gerais do local. Como resultado, as áreas de interesse foram caracterizadas com a fitofisionomia de campos de altitude e pastagem com ou sem a presença de árvores isoladas.

Pastagem

A pastagem é formada por área antropizada, contendo indivíduos de mais de 2 metros de altura e diâmetro a altura do peito (DAP) igual ou maior a 5 centímetros, cujas as partes aéreas não se sobrepõe entre si, por isso considerados isolados. Foi realizado inventário florestal do tipo censo nos dias 17 e 20/10/2022, no qual mensurou todas as árvores isoladas. Foram identificadas 50 árvores, distribuídas em 8 espécies e 8 famílias botânicas. Todas as árvores inventariadas são nativas, a saber: *Cedrella fissilis* Vell. (cedro), *Enterolobium contortisiliquum* (Vell.) Morong (timburi), *Erythroxylum suberosum* A.St.-Hil (mercúrio-do-campo), *Ficus enormis* Mart. ex Miq. (figueira-da-pedra), *Lithraea molleoides* (Vell.) Engl. (aroeira), *Moquiniastrum polymorphum* (Less.) G. Sancho (cambará), *Plenckia populnea* Reissek (marmeleiro), *Psidium guineense* Sw. (araçá).

O DAP variou de 7,64 a 136,87 cm e, a altura foi de 3 a 14 m. Foi identificada espécie com grau de ameaça de extinção a nível nacional (Portaria Nº 148/2022 do Ministério do Meio Ambiente) - *Cedrella fissilis* Vell. (cedro), na categoria VU - Vulnerável.

Campo de altitude

O levantamento fitossociológico ocorreu nos dias 29 e 31/08/2022, considerando as espécies herbáceas e arbustivas existente na área através de amostragem casual no campo. Foram distribuídas na área de supressão de vegetação nativa, 34 parcelas de 1 m², onde foram contabilizados todos os indivíduos herbáceos e arbustivos maiores de 5 cm de altura. Foram encontradas 25 espécies distribuídas em 16 famílias botânicas. A família Asteraceae foi a que apresentou maior quantidade de espécies, ao todo foram 6 espécies (*Aspilia foliaceae*; *Aspilia reflexa*; *Ayapana amygdalina*; *Chresta sphaerocephala*; *Dimerostemma brasilianum* e *Lessingianthus bardanoides*). Já a família Poaceae está presente em todas as parcelas avaliadas, sendo representadas pelas espécies *Aristida Jubata*; *Echinolaena inflexa* e *Loudetiopsis chrysothrix*. Foi identificado o capim Braquiária (*Urochloa brizantha*) em 17 parcelas, ou seja, 41,2% da área amostrada, tal espécie é considerada exótica invasora e é característica de áreas antropizadas. Constatou-se que das 25 espécies encontradas na área, 10 são consideradas indicadoras de



campos de altitude. De acordo com a Conama 423/2010 e Portaria 148/2022 do Ministério do Meio Ambiente nenhuma das espécies nativas encontradas no local se encontram na listagem de espécies raras e, ou ameaçadas.

A diversidade da flora encontrada na amostragem dos 34 pontos de coleta, avaliada por meio do Índice Shannon Weaver (H') foi de 2,16, vai ao encontro que a área apresenta características de campo de altitude antropizada. O valor de equabilidade (J') foi de 0,65, podendo concluir que a área possui concentração de abundância média.

O histórico de uso e ocupação da área registou paisagem marcada pela presença de capim braquiária, presença de equinos e trilhas de motociclistas, corroborado pela Cobertura da Mata Atlântica IEF 2019 e Mapbiomas -2007, disponível na ferramenta IDE-Sisema como “áreas antropizadas – pastagem” e “mosaico de usos, pastagem e área urbanizada”, respectivamente.

A área caracterizada como campo de altitude, que se pretende realizar a supressão de cobertura vegetal, através dos estudos acima, apresenta:

- Ausência de espécie raras ou endêmicas segundo a Portaria 148/2022 do Ministério do Meio Ambiente;
- Presença de 10 espécies indicadoras, conforme a Resolução Conama nº423/2010;
- Cobertura viva sobre o solo acima de 50%;
- Presença de espécies ruderais e exóticas;
- Presença do capim Braquiária (*Urochloa brizantha*) em 14 parcelas das 34 parcelas avaliadas.

Com base nos estudos realizados, avalia-se, que a vegetação em questão se encontra em processo de regeneração secundária, no qual constatou dois estágios de regeneração, estágio inicial com 1,56 ha e estágio médio com 2,22 ha, dentro da área de intervenção de campos de altitude, conforme a Figura 7.

O estudo não utilizou os quesitos da CONAMA 423/2010 por estrato para definir o estágio sucessional. Mas a equipe da Supram Sul através dos dados apresentados no estudo, identificou as espécies indicadoras de estágio médio e avançado de regeneração na região sudeste, conforme CONAMA 423: *Anemia vilosa*, *Aspilia foliacea*, *Bulbostylis capillaris*, *Byrsonima variabilis*, *Declieuxia cordigera*, *Hyptis lippoides*, *Mandevilla erecta*, *Rhynchospora emaciata* e; plotou as parcelas onde tais espécies ocorrem, sendo a mesma área delimitada como estágio médio nos estudos. A imagem abaixo ilustra a localização das parcelas:

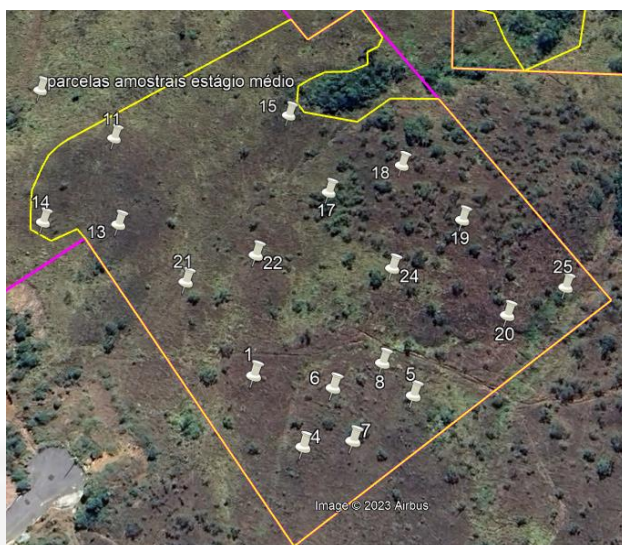


Figura 15 – Parcelas amostrais com presença das espécies indicadoras de estágio médio e avançado de regeneração na região sudeste, conforme CONAMA 423.

Além disso, em vistoria, AF 239372/2023, foi possível observar que nas áreas consideradas em estágio inicial havia a ocorrência intensa de gramínea exótica.

Zoneamento Municipal

O município de Poços de Caldas possui área denominada Zona de Preservação Permanente – ZPP, onde não possui nenhuma estrutura a lotear sobre ela, conforme abaixo:

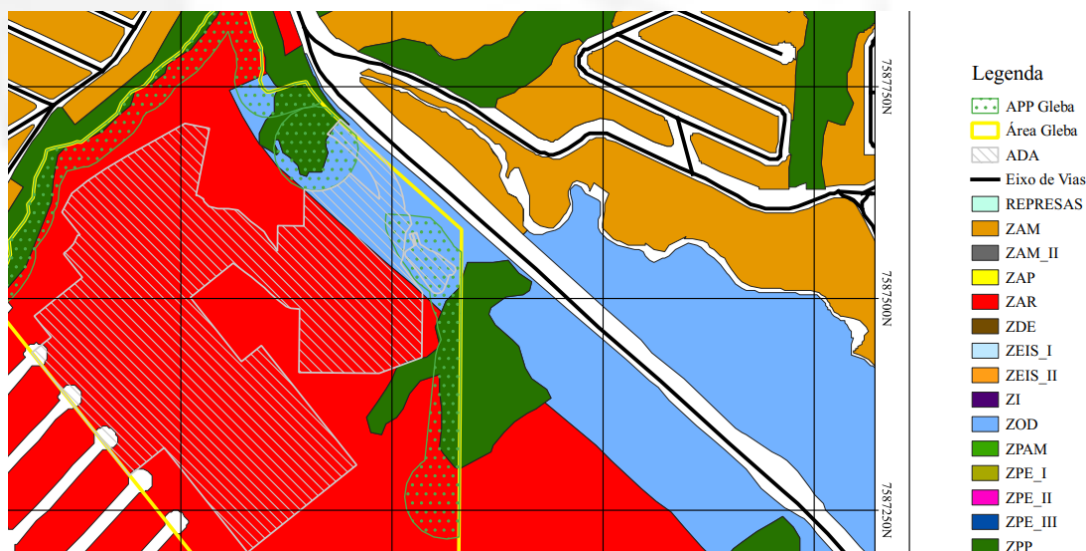


Figura 16 – Zoneamento Municipal de Poços de Caldas e área a lotear do empreendimento Cheung.

Rendimento lenhoso

Ressalta-se que a quantidade de produto foi de 14,33 m³ de lenha de floresta nativa e 14,56 m³ de madeira de floresta nativa, conforme volume calculado no Quadro 3



do PIA, onde a madeira possui 14,56 m³ e a lenha 5,83 m³, mais 8,50 m³ dos tocos e raízes contabilizados como lenha. Foi recolhido DAE através do SEI! 62463747.

A imagem abaixo ilustra as áreas de intervenção ambiental do Loteamento Cheung:



Figura 17 – ADA do loteamento Cheung e suas áreas de intervenção

4. Compensações

Para o empreendimento Loteamento Cheung incide compensações pela supressão de 2,22 ha de vegetação secundária em estágio médio de regeneração, pertencente ao Bioma Mata Atlântica, em áreas urbanas para fins de loteamento; pela intervenção em área de preservação permanente – APP de 0,3841 ha sem supressão de vegetação nativa e; pelo corte de dois indivíduos da espécie *Cedrella fissilis Vell* – cedro, considerada ameaçada de extinção constante da Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção na categoria Vulnerável.

4.1. Compensação pelo corte e supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração, pertencente ao Bioma Mata Atlântica, em áreas urbanas para fins de loteamento.

De acordo com a Lei nº 11.428/2006 e Decretos nº 6.660/2008 e nº 47.749/2019, por se tratar de vegetação em estágio médio de regeneração, prevendo-se o uso para fins de parcelamento de solo, em área localizada dentro do perímetro urbano em data anterior a aprovação da Lei da Mata Atlântica, é necessária a preservação de 30% da área caracterizada como fitofisionomia de Campo de Altitude e compensação proporcional 2:1 à área de intervenção.



A Lei 5.488/1994 aprova o Plano Diretor do município de Poços de Caldas, onde se verifica que a área hoje matriculadas sob os nº 61.550 e nº 61.551 estavam contempladas, sendo assim, perímetro urbano aprovado em data anterior a publicação da Lei da Mata Atlântica, que se deu em 22/12/2006.

A imagem abaixo apresenta um resumo das informações em relação às áreas e a área proposta.

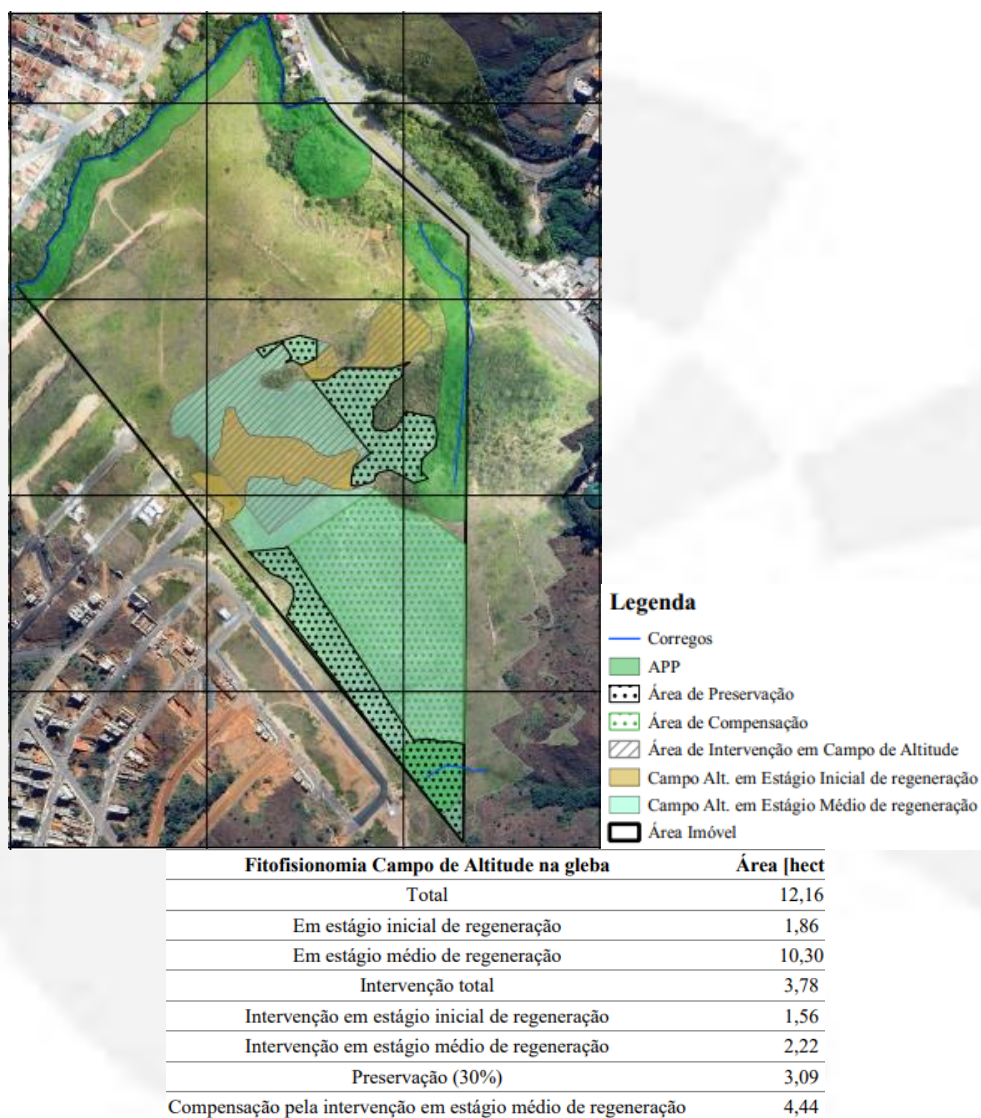


Figura 18 – Delimitação das áreas da fitofisionomia campo de altitude.

Foi realizado estudo de similaridade através da metodologia de amostragem na área proposta para compensação. Foram alocadas 13 parcelas de 1 m² e mesma metodologia aplicada para o levantamento florístico realizado na área da intervenção. As áreas são contínuas e foram levantadas 29 espécies distribuídas em 14 famílias botânicas, sendo que 10 são ocorrentes na área da intervenção. Foram encontradas 6 espécies indicadoras de campo de altitude. A média de cobertura foi de 73,94%, o valor geral de diversidade foi de 2,16 nas 13 parcelas, mesmo valor encontrado para o estudo da área de intervenção e, a abundância das espécies



também resultou em média. Foi verificado as mesmas características de campo de altitude em estágio médio de regeneração, corroborado na vistoria realizada sob AF nº 239372/2023.

Não há sobreposição da área de compensação em APP. Portanto, a modalidade da compensação é “I - destinar área, para conservação, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica de rio federal, sempre que possível na mesma sub-bacia hidrográfica e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 11.428, de 2006, em áreas localizadas no mesmo município ou região metropolitana, em ambos os casos inserida nos limites geográficos do Bioma Mata Atlântica”.

A área para preservação proposta ocupa 30% da área total coberta pela tipologia campo de altitude. Portanto, também está em concordância ao artigo 31, § 1º da Lei da Mata Atlântica.

Figura como condicionante a assinatura de Termo de Compromisso de Compensação Florestal - TCCF. Com seu registro no CRI de forma a englobar as áreas destinadas a compensação e a preservação, conforme legislações vigentes.

4.2. Compensação pelo corte de espécie ameaçada de extinção

A compensação pelo corte da espécie de cedro está prevista no Decreto 47.749/2019 e a proposta é de plantio de 20 mudas de cedro na mesma área utilizada para a compensação pela intervenção em APP.

Foi apresentado laudo técnico, assinado por profissional habilitado, atestando que a supressão é comprovadamente essencial para a viabilidade do empreendimento; a inexistência de alternativa técnica e locacional, bem como que os impactos do corte ou supressão não agravarão o risco à conservação in situ da espécie.

A modalidade da compensação se dará na proporção 1:10 mudas e se dará mediante o plantio de mudas da espécie suprimida em APP, priorizando-se a recuperação de áreas ao redor de nascentes, das faixas ciliares, na área do empreendimento.

O Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas será descrito no próximo subitem e condicionado a execução neste parecer.

4.3. Compensação por Intervenção em APP

A compensação prevista está na Resolução CONAMA nº 369/2006 e Decreto 47.749/2019 pela intervenção em APP, realizada em 0,3841 ha sem supressão de cobertura vegetal nativa, foi proposta a execução de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas – PRADA.

Na área será realizado o reflorestamento nas APPs através do plantio direto de espécies pioneiras e não pioneiras, incluindo as frutíferas. Ressalta-se que as



espécies deverão ser nativas, a saber: aroeira, araticum, pata de vaca, aleluia, embaúba, bugreirinho, capixingui, canafístula, angico, timbaúva, quaresmeira, pau jacaré, capororoca, ipê, paineira, guanandi, leiteiro, jacarandá, cedro, aroeira, peroba rosa, canela, uvaia, dentre outras listadas no PRADA.

O projeto prevê: combate às formigas antes do plantio através de iscas granuladas, na área a ser recuperada e adjacentes, com monitoramento mensal e repetindo sempre que necessário; preparo do solo através de roçada no mês ou dias antes do plantio, preservando as mudas existentes em regeneração; espaçamento de 3 em 3 metros no plantio, alternando pioneiras e não pioneiras; coveamento e adubação a partir das covas de 0,4X0,4X0,4 m e aplicação de NPK e esterco nas covas; plantio no início da estação chuvosa, através de mudas selecionadas, com boas características físicas, bom estado nutricional e aclimatizadas; coroamento de 0,8 a 1 metro de raio ao redor da cova; realização de tratos culturais repetindo as técnicas citadas após monitoramentos; replantio das falhas e perdas; práticas conservacionistas de preservação de recursos edáficos e hídrico; práticas conservacionistas para atração de fauna dispersora de sementes.

A avaliação dos resultados será através de medições de diâmetro ao nível do solo, altura total e sobrevivência através de monitoramentos trimestrais no primeiro ano do plantio e, semestrais nos anos seguintes.

O cronograma do PRADA abaixo deverá ser seguido como condicionante:

Atividades	Out Ano 1	Nov Ano 1	Dez Ano 1	Jan Ano 2	Jun Ano 2	Dez Ano 2	Jun. Ano 3	Dez. Ano 3	Jun. Ano 4	Dez. Ano 4
Cercamento da área	X									
Preparo do solo para plantio	X	X								
Combate de Formigas	X	X	X							
Adubação			X	X						
Plantio de espécies arbóreas			X	X						
Relatório de implantação				X						
Relatórios de monitoramento					X	X	X	X	X	X

Figura 19 - Cronograma de execução das atividades da recuperação da APP.

A modalidade de compensação para a intervenção em APP é de “I - recuperação de APP na mesma sub-bacia hidrográfica e, prioritariamente, na área de influência do empreendimento ou nas cabeceiras dos rios”.

As mudas de cedro deverão ser georreferenciadas e encaminhadas sua localização no primeiro relatório de cumprimento de condicionante.

O PRADA deverá ser executado até que a área recuperada esteja em condições de não necessitar mais de tratos culturais, sendo que para encerramento de envio de relatórios, apresentação de laudo conclusivo com ART.



Figura 20 - Área de recuperação pela intervenção em APP e corte de árvore ameaçada de extinção.

5. Aspectos/Impactos ambientais e medidas mitigadoras

Os principais impactos inerentes à atividade ocorrerão na fase de implantação do empreendimento e envolvem, a possibilidade de carreamento de sedimentos para as drenagens naturais e assoreamento de cursos d'água, desenvolvimento de focos erosivos, emissão de particulados, geração de resíduos sólidos e efluentes sanitários, além da redução de habitats para a fauna. Já na fase de operação, os principais impactos se referem à geração de resíduos sólidos e efluentes sanitários.

5.1 Redução de habitats da fauna terrestre

A perda de habitats faunísticos ocorre devido à supressão da vegetação, que elimina ou reduz o aporte alimentício de várias espécies.

Medidas mitigadoras:

Conservação dos fragmentos florestais remanescentes e recomposição de APP, a ser comprovado nos termos da condicionante.

A conservação e recomposição das APPs têm a finalidade de contribuir para a formação de corredores ecológico, aumentar a diversidade de espécies da flora nas áreas verdes, estimulando o repovoamento faunístico. De forma adicional, será executado o programa de arborização urbana e paisagístico, que além da função física e paisagística, contribuirá ecologicamente como abrigo e alimento à fauna.



5.2 Afugentamento da fauna

Ainda que se trate de uma área em sua maior parte já antropizada, haverá supressões, que juntamente à movimentação de máquinas e equipamentos ocasionará o afugentamento da fauna.

Medidas mitigadoras:

Realização de treinamentos com os funcionários no intuito de evitar incidentes com a fauna existente, em especial quanto ao atropelamento de fauna durante a fase de instalação.

5.3 Carreamento de sólidos e alteração da qualidade das águas

Com a remoção da cobertura vegetal, exposição do solo às intempéries, abertura das vias e obras de infraestrutura poderá ocorrer carreamento de sedimentos para as drenagens naturais e desencadeamento de focos erosivos, com consequente assoreamento de cursos d'água.

Medidas mitigadoras:

Será implantado sistema de drenagem pluvial com canaletas, bacias de contenção, dissipadores de energia e demais dispositivos necessários para a efetividade do sistema. A Supram Sul de Minas recomenda que, caso se faça necessário, sejam adotadas ainda mantas geotêxteis associadas à vegetação, bacias de acumulação e estabilização de taludes, tanto para impedir focos de erosão e ravinamentos como garantir que não ocorra carreamento de sedimentos aos cursos d'água lindeiros.

O monitoramento e controle de processos erosivos e de sedimentos deverá ser realizado e comprovado conforme condicionante.

5.4 Efluentes líquidos

Durante a fase instalação serão gerados efluentes líquidos de origem sanitária no canteiro de obras. A lavagem e manutenção de máquinas e equipamentos se dará fora do empreendimento em oficinas especializadas.

Durante a fase de operação haverá geração de esgotamento doméstico nas edificações a serem construídas no loteamento.

Medidas mitigadoras:

Durante a fase de implantação a água para consumo humano será fornecida em galões e a água para usos diversos por caminhão-pipa terceirizado. Na operação, o abastecimento de água ficará a cargo do DMAE.

Os efluentes sanitários no canteiro de obras serão coletados por banheiros químicos sob responsabilidade de empresa terceirizada.

Já na fase de operação, os efluentes sanitários do loteamento serão coletados e encaminhados para a rede coletora do DMAE que encaminhará para tratamento na



Estação de Tratamento de Esgoto do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) de Poços de Caldas. Foi apresentado projeto do sistema de coleta de esgoto do empreendimento.

É do empreendedor a responsabilidade pela instalação da infraestrutura sanitária na área do empreendimento, como emissários e coletores, seguindo-se as orientações estabelecidas pela concessionária local.

5.5 Resíduos Sólidos

Na fase de implantação serão gerados resíduos de construção civil e domésticos como sobras de alimentos, restos de embalagens, metal, papéis, plásticos e vidros.

Na fase de operação haverá geração de resíduos sólidos de natureza doméstica nas edificações a serem construídas no loteamento.

Medidas mitigadoras:

Na fase de instalação os resíduos de construção serão devidamente segregados e destinados corretamente ao serviço de coleta municipal.

A coleta de resíduos sólidos na fase de operação se dará pelo serviço de coleta municipal. Os resíduos de construção civil serão encaminhados para bota-foras licenciados e/ou para empresas que realizam o seu aproveitamento.

5.6 Emissões atmosféricas e ruídos

Haverá em decorrência da movimentação de máquinas e equipamentos.

Medidas mitigadoras:

Haverá aspersão de água sempre que necessário nos locais de serviços para diminuir a emissão de material particulado, sobretudo nos períodos secos.

5.7 Impacto na infraestrutura

Com a implantação do empreendimento haverá impacto sobre a infraestrutura municipal, sobretudo ao sistema viário que dá acesso ao loteamento, o que poderá demandar obras de readequação.

Medidas mitigadoras:

O acesso ao empreendimento se dará pela Avenida Vereador Edmundo Cardillo e também pelas ruas 1 e 3 que fará a ligação com o bairro Jardim Bandeirantes.

Com o aumento do fluxo de veículos, sobretudo no auge da ocupação do loteamento, poderá ser necessária a reformulação do trânsito das vias existentes no bairro que dá acesso ao loteamento.



6. Controle Processual

Trata-se de requerimento para implantação de empreendimento imobiliário - "Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares" -, modalidade de licenciamento concomitante LP + LI + LO, potencial poluidor geral M, classe 2, e que será submetido para a decisão da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Feam, conforme art. 23 do Dec. 48.707/23.

"Art. 23 – Compete ao Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental, no âmbito da área de atuação territorial da respectiva unidade regional, decidir sobre licenciamento ambiental e atos a ele vinculados, ressalvadas as competências do Copam, do CERH-MG, dos comitês de bacias hidrográficas, do IEF e do Igam".

A regularização ambiental, por intermédio do licenciamento, tem início com a análise da licença prévia – LP, seguida pela licença de instalação - LI e licença de operação – LO.

Com a licença prévia – LP atesta-se a viabilidade ambiental da atividade ou do empreendimento quanto à sua concepção e localização, com o estabelecimento dos requisitos básicos e das condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, de acordo com o inciso I, art. 13 do Decreto Estadual nº 47.383 de 2018 – que estabelece normas para licenciamento ambiental.

A viabilidade ambiental na fase de LP se constitui na viabilidade locacional, ou seja, verifica-se se na concepção do projeto, que resultou no empreendimento, foram observadas as restrições quanto a sua localização; se o local onde a empresa está é viável, propício ao desenvolvimento da sua atividade; se não existe impedimento quanto a sua localização como: estar localizada em área restrita, destinada a conservação da natureza ou de interesse ambiental que possa inviabilizar a sua manutenção no local.

A Certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a lei de uso e ocupação do solo, foi apresentada.

A apresentação da Certidão da Prefeitura é uma obrigação expressa no artigo 18 do Decreto Estadual nº 47.383 de 2018. Infere-se que a viabilidade ambiental, no que diz respeito a localização, está demonstrada.

Foram explicitados os impactos ambientais negativos que a atividade ocasiona no meio ambiente, bem como as medidas de controle ambiental existentes para mitigar os impactos negativos quando da sua instalação.

Nesse sentido, haverá Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo; corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, e; intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em áreas de preservação permanente – APP, onde passa-se a análise do cumprimento da legislação pertinente.



Pretende-se a supressão de vegetação nativa em 3,78ha, onde, de acordo com estudos ambientais apresentados, constatou dois estágios de regeneração, estágio inicial com 1,56ha e estágio médio com 2,22ha.

Sob o aspecto legal, as intervenções ambientais visam à implantação de loteamento residencial aprovado antes da vigência da Lei 11.428/06, conforme se verifica na Lei Municipal n. 5.488, de 4 de janeiro 1994.

Portanto, em perímetro urbano aprovado antes da data de 26/12/2006, o regime jurídico é disciplinado pelo art. 31 da Lei nº 11.428/06, permitindo sua supressão, desde que se mantenha 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação:

“Art. 31. Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei.

§1º Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração **em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.** (grifo nosso). (...)

O empreendedor apresentou em seu levantamento topográfico, a manutenção da vegetação no empreendimento em no mínimo 30% da área total coberta pela vegetação local, fato este que ficará gravado através da assinatura de Termo de Compromisso de Compensação Florestal – TCCF e averbação no cartório de registro de imóveis.

Frise-se que o regime jurídico trazido no artigo 31, da Lei nº 11.428/06, foi estabelecido em capítulo próprio (Capítulo VI), cujo objetivo é estabelecer regras próprias para os casos de supressão de vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica visando o uso alternativo do solo para fins de loteamento e edificação.

Percebe-se que não há nesses dispositivos a exigência de inexistência de alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, somada à ressalva expressa prevista no art. 14 do mesmo diploma legal, a saber:

“Art. 14. A supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e



motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ressalvado o disposto no inciso I do art. 30 e nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei - (grifamos)”.

Conforme já trazido neste parecer, além da preservação de 30% da área total caracterizada como campo de altitude em estágio médio de regeneração, está sendo proposto a compensação (2:1) da área a ser suprimida, ou seja, uma vez que se pretende intervir em 2,22 ha em área de campo de altitude em estágio médio de regeneração, deverão ser destinados 4,44 ha para compensação, a qual também deverá constar no TCCF e registro junto ao CRI, o que atende a legislação vigente (Lei 11.428/2006 e Decreto Estadual 47.749/19).

Pretende-se também, a intervenção em área de preservação permanente – APP em 0,38 ha, para fins de passagem de tubulação de água, dispositivo de retenção de águas pluviais, e pista de desaceleração e avenida.

As Leis Federal e Estadual, n. 12.651/12 e 20.922/13, assim trazem:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

...

VIII - utilidade pública

...

b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios, saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, radiodifusão, instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;

...

Art. 3º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - de utilidade pública:

...

b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, radiodifusão, as instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;

...

III - atividade eventual ou de baixo impacto ambiental:

...

b) a implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a regularização do uso dos recursos hídricos ou da intervenção nos recursos hídricos; (...)



Nesta senda, o mesmo diploma legal, no caput do art. 12, permite intervenções em Área de Preservação Permanente em casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto, senão vejamos:

Art. 12. A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio.

No mesmo sentido, estabelece o Decreto Estadual nº 47.749/2019, o qual dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais, em seu Art. 17, a saber:

Art. 17. A intervenção ambiental em APP somente poderá ser autorizada nos casos de utilidade pública, de interesse social e de atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, devendo ser comprovada a inexistência de alternativa técnica e locacional.

A equipe trouxe como satisfeito o requisito técnico, dada as justificativas do empreendedor nos pontos de intervenção.

A intervenção em APP, com ou sem supressão de vegetação nativa, fica condicionada à medida compensatória ambiental prevista na Resolução CONAMA nº 396/06 e no Decreto Estadual nº 47.749/19.

O requerente propõe a compensação ambiental pela intervenção, mediante a recuperação vegetacional numa Área de Preservação Permanente (APP) no mesmo imóvel da intervenção.

o art. 75 do Decreto Estadual 47.749/19, ao regular o instituto da compensação ambiental pela intervenção em APP no Estado de Minas Gerais, estabeleceu, entre outras, as hipóteses preconizadas na Resolução CONAMA 369/06, sendo no presente caso a aplicação dos incisos I e III do referido dispositivo, senão vejamos:

Art. 75. O cumprimento da compensação definida no art. 5º da Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, por intervenção ambiental em APP, deverá ocorrer em uma das seguintes formas: I - recuperação de APP na mesma sub-bacia hidrográfica e, prioritariamente, na área de influência do empreendimento ou nas cabeceiras dos rios; (...)

Por sua vez, o art. 76, I, do referido diploma legal exige os seguintes documentos:

“Art. 76 – A proposta de compensação ambiental por intervenção em APP prevista nos incisos I e II do art. 75 deverá ser obrigatoriamente instruída com: I – Projeto Técnico de Reconstituição da Flora elaborado por profissional habilitado com ART, conforme termo de referência a ser disponibilizado no sítio do IEF;” (...)



Desta forma, tem-se que a proposta da medida compensatória devida em razão da intervenção a ser realizada em APP, está em consonância com o inciso I, do art. 75, bem como com o art. 76, todos do Decreto Estadual nº 47.749/19, por se tratar de recuperação de APP situada na Sub Bacia 6 (mesma sub bacia da intervenção).

Há também a intervenção em indivíduos isolados, sem especial proteção, contendo um indivíduo de cedro, considerado ameaçado de extinção, onde está sendo proposta a compensação pelo corte da espécie, conforme Decreto 47.749/2019, através do plantio de 20 mudas na mesma área utilizada para a compensação pela intervenção em APP.

Desta forma, não há impedimento para as intervenções pretendidas, estando satisfeitos os requisitos para a emissão da LI.

A operação do empreendimento está condicionada a demonstração de que, para os impactos negativos, foram adotadas medidas de controle ambiental capazes de diminuir os impactos negativos da sua atividade, bem como haver as estrutura para sua operação.

Os resíduos sólidos gerados durante a implantação serão segregados e destinados ao sistema de coleta municipal. O serviço público municipal ficará responsável por coletar os resíduos sólidos urbanos dos futuros moradores.

O abastecimento se dará pela DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, conforme Ofício DMAE nº 048/2019 – SPE-4 de 31 de outubro de 2019 informando que a área do loteamento composta pelas Glebas A e B, situadas no lugar denominado Serrote, com área total de 309.760,00 m² é abastecível e esgotável.

Os efluentes sanitários do loteamento serão coletados e encaminhados para a rede coletora do DMAE que encaminhará para tratamento na Estação de Tratamento de Esgoto do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) de Poços de Caldas. Foi apresentado projeto do sistema de coleta de esgoto do empreendimento. É do empreendedor a responsabilidade pela instalação da infraestrutura sanitária na área do empreendimento, como emissários e coletores, seguindo-se as orientações estabelecidas pela concessionária local.

Assim, confrontando-se os impactos negativos com as medidas de controle ambiental informadas, verifica-se que o empreendimento possui viabilidade para sua instalação e operação.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa, nem substitui, a obtenção, pelo requerente, de outros atos autorizativos legalmente exigíveis.

A análise dos estudos ambientais pela Unidade Regional de Regularização Ambiental da Feam, não exime o empreendedor de sua responsabilidade técnica e jurídica sobre estes, assim como da comprovação quanto à eficiência das medidas de mitigação adotadas.



O prazo da licença será de 10 anos, devendo ser observado o prazo de instalação de 6 anos, conforme artigo 15 do Decreto n. 47.383/17:.

“Art. 15 – As licenças ambientais serão outorgadas com os seguintes prazos de validade:

I – LP: cinco anos;

II – LI: seis anos;

III – LP e LI concomitantes: seis anos;

IV – LAS, LO e licenças concomitantes à LO: dez anos”.

§ 1º – No caso de LI concomitante a LO, a instalação do empreendimento deverá ser concluída no prazo previsto no inciso II, sob pena de cassação da licença concomitante.

7. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Sul de Minas sugere o **deferimento** desta Licença Ambiental na fase de **LP+LI+LO – LAC1** para o empreendimento **Loteamento Cheung SPE Ltda**, para a atividade de “Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares” no município de **Poços de Caldas**, pelo prazo de **10 anos**, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

A instalação do empreendimento deverá ocorrer no prazo de 6 (seis) anos, sob pena de cassação da licença, conforme estabelece o art. 15 do Decreto Estadual n. 47.383/18:

As orientações descritas em estudos e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste Parecer Único, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Superintendência Regional de Meio Ambiente.

Oportuno advertir ao empreendedor que a análise negativa quanto ao cumprimento das condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I), bem como qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Sul de Minas, tornam o empreendimento em questão passível de ser objeto das sanções previstas na legislação vigente.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa, nem substitui, a obtenção, pelo requerente, de outros atos autorizativos legalmente exigíveis.

A análise dos estudos ambientais pela Superintendência Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas, não exime o empreendedor de sua responsabilidade técnica e jurídica sobre estes, assim como da comprovação quanto à eficiência das medidas de mitigação adotadas.



8. Quadro-resumo das Intervenções Ambientais avaliadas no presente parecer

8.1 Informações Gerais

Município	Poços de Caldas
Imóvel	Gleba A e B - Serrote
Responsável pela intervenção	Loteamento Cheung SPE Ltda
CPF/CNPJ	33.822.831/0001-06
Modalidade principal	Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo; intervenção em áreas de preservação permanente sem supressão de cobertura vegetal nativa, e corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas.
Protocolo	SEI nº 1370.01.0011851/2023-96
Bioma	Mata Atlântica
Área Total Autorizada (ha)	5,01
Longitude, Latitude e Fuso	21°48'35,12"S e 46°33'43,39"O – WGS84
Data de entrada (formalização)	16/03/2023
Decisão	Pelo deferimento

8.2 Informações

Modalidade de intervenção	Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo
Área ou quantidade autorizada	3,78 ha
Bioma	Mata Atlântica
Fitofisionomia	Campos de altitude (1,56ha inicial + 2,22ha médio)
Rendimento lenhoso (m³)	Sem rendimento (gramíneas e herbáceas)
Coordenadas Geográficas	Lat: 21°48'37,02"S e Long: 46°33'42.95"O – WGS84
Validade/Prazo para execução	10 anos

Modalidade de intervenção	Intervenção em APP sem supressão de cobertura vegetal nativa
Área ou quantidade autorizada	0,38 ha
Bioma	Mata Atlântica
Fitofisionomia	Floresta Estacional Semidecidual
Rendimento lenhoso (m³)	Sem rendimento
Coordenadas Geográficas	Lat: 21°48'26.37"S e Long: 46°33'37.88"O – WGS84
Validade/Prazo para execução	10 anos

Modalidade de intervenção	Corte e aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas
Área ou quantidade autorizada	50 indivíduos – 0,85 ha
Bioma	Mata Atlântica
Fitofisionomia	Floresta Estacional Semidecidual
Rendimento lenhoso (m³)	20,39 m³, sendo 5,83 m³ (lenha) e 14,56 m³ (madeira)
Coordenadas Geográficas	Lat: 21°48'34.27"S Long: 46°33'38.08"O – WGS84
Validade/Prazo para execução	10 anos



9. Anexos

Anexo I. Condicionantes para o empreendimento **Loteamento Cheung SPE Ltda;**

Anexo II. Programa de Automonitoramento para o empreendimento **Loteamento Cheung SPE Ltda.**



ANEXO I

Condicionantes para o empreendimento Loteamento Cheung SPE Ltda

Item	Descrição da Condicionante	Prazo ^[1]
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença Ambiental
02	Apresentar Termo de Verificação de Obra (TVO), a ser emitido pelo Município, sendo este o documento que atesta legalmente a conclusão da instalação do empreendimento.	Antes da operação
03	Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando a execução de ações relativas a monitoramento e controle de processos erosivos e de sedimentos e de implantação da drenagem pluvial.	Anualmente ^[2]
04	Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando as ações desenvolvidas para a recuperação, recomposição e manutenção das APPs do empreendimento durante a validade desta licença.	Anualmente*
05	Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando que as áreas de preservação e de compensação do bioma Mata Atlântica permanecem conservadas.	Anualmente ^[2]
06	Assinar e apresentar o TCCF (Termo de Compromisso de Compensação Florestal) averbado junto às matrículas dos imóveis.	180 dias após a emissão da licença

^[1] Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

^[2] Enviar anualmente à SUPRAM SM, até o último dia do mês subsequente ao aniversário da licença ambiental.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram SM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento para o empreendimento Loteamento Cheung SPE Ltda

1. Resíduos Sólidos e Rejeitos

1.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, **semestralmente**, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

1.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, **semestralmente**, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL		QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.	
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada		Quantidade Armazenada
							Razão social	Endereço completo				

(*)

1 - Reutilização

2 - Reciclagem

3 - Aterro sanitário

4 - Aterro industrial

5 - Incineração

6 - Coprocessamento

7 - Aplicação no solo

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

9 - Outras (especificar)